

**HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA Nº 2.757 - US  
(2019/0084869-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**REQUERENTE** : **W A R B**  
**ADVOGADOS** : **MARIA DE LOURDES RICARDO XAVIER - SC013260**  
                  **ARLEI BRUNELLI XAVIER - SC013261**  
                  **RAFAELA GARRETA PRATS SERRANO - RJ145769**  
**REQUERIDO** : **I V L**  
**ADVOGADO** : **JAIR CARNEIRO DA SILVA FILHO - SP340432**

**EMENTA**

**SENTENÇA ESTRANGEIRA. PEDIDO DE HOMOLOGAÇÃO. PRESSUPOSTOS POSITIVOS E NEGATIVOS. ARTIGOS 15 E 17 DA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO. ARTIGOS 963 A 965 DO CPC/2015. ARTS. 216-C, 216-D E 216-F DO RISTJ. OBSERVÂNCIA. COISA JULGADA, QUANTO À GUARDA E ÀS VISITAS, *REBUS SIC STANTIBUS*. SENTENÇA ESTRANGEIRA HOMOLOGADA.**

**DECISÃO**

Trata-se de pedido de homologação de sentença estrangeira que homologou acordo entre as partes para que o autor permanecesse com a guarda do filho comum e que as visitas da requerida ao filho fossem supervisionadas, nos termos estipulados no acordo.

Infrutífera a tentativa de citação pessoal (fl. 73), foi determinada a citação da requerida por edital (fl. 81).

A requerida apresentou a contestação de fls. 88/108, firmada por advogado por ela constituído (fl. 104), na qual alega que o casal vivia ilegalmente nos Estados Unidos e que, desamparada, "não encontrou alternativa que não fosse a de voltar ao Brasil e aqui, com a ajuda da família para retornar e buscar o filho" (fl. 91-STJ). Afirma que "vive hoje legalmente na Europa", "tem plenas condições de cuidar e educar o filho" e "não existem razões para a homologação da citada sentença" (fl. 92-STJ).

Em réplica (fls. 117/125), o requerente afirma que também aqueles que vivem sem documentos podem pedir ajuda ou reportar violência doméstica às autoridades e alega que isso não compromete sua situação migratória. Aduz que procurou a lei americana para proteger sua vida e a de seu filho, obtendo medidas judiciais sem procurar tirar proveito da situação, ao contrário do que alega a requerida. Argumenta que a requerida compareceu a uma audiência perante a Corte Americana.

Em tréplica (fls. 129/139) a requerida reitera suas alegações, afirmando que aguarda julgamento, em setembro do ano corrente, de Corte Criminal Americana, no qual poderá comprovar sua inocência e após o qual, acredita, provavelmente o requerente será deportado. Alega que realmente participou de uma audiência, mas estava desacompanhada de advogado e "acuada". Afirma que não houve acordo, mas imposição da decisão por um juiz nos Estados Unidos.

O Ministério Público Federal manifestou-se pela homologação, por entender preenchidos os requisitos jurídicos para tanto.

É o relatório. Decido.

Consoante relatado, cuida-se de pedido de homologação de sentença estrangeira

# *Superior Tribunal de Justiça*

que definiu a guarda e as visitas do filho do casal (fl. 27 e 30). O acordo entre as partes foi incorporado à ordem judicial mais abrangente, que impunha, ainda, restrições à requerida (fls. 46/52).

Nos termos dos artigos 15 e 17 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, arts. 963 a 965 do Código de Processo Civil e artigos 216-C, 216-D e 216-F do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, que, atualmente, disciplinam o procedimento de homologação de sentença estrangeira, constituem requisitos indispensáveis ao deferimento da homologação, os seguintes:

- (i) instrução da petição inicial com o original ou cópia autenticada da decisão homologanda e de outros documentos indispensáveis, devidamente traduzidos por tradutor oficial ou juramentado no Brasil e cancelados pela autoridade consular brasileira;
- (ii) haver a sentença sido proferida por autoridade competente;
- (iii) terem as partes sido regularmente citadas ou haver-se legalmente verificado a revelia;
- (iv) ser a sentença eficaz no país em que proferida;
- (v) não ofender "a soberania, a dignidade da pessoa humana e/ou ordem pública".

No caso em exame, há cópia da sentença homologanda no idioma original e traduzida por tradutor público juramentado e da respectiva apostila. Não há dúvida sobre a competência concorrente do Poder Judiciário dos Estados Unidos para a homologação do acordo efetuado pelas partes ao tempo em que residiam naquele país (2017).

Quanto ao mais, as partes participaram regularmente em contraditório no processo em que afetuarão autocomposição homologada pelo juízo estrangeiro. Embora a requerida alegue que a decisão tenha sido imposta pela autoridade judiciária estrangeira, nela constou que as partes acordaram ("agree") a respeito da guarda e das visitas (fl. 27 e 30), lá constando a assinatura de ambas as partes.

Ao lado disso, o art. 963 do CPC/2015 passou a exigir não mais o trânsito em julgado, mas sim (inc. III), que a decisão seja "eficaz no país em que foi proferida".

Daí porque a Corte Especial deste Superior Tribunal de Justiça já assentou que não é mais exigível, para a homologação de decisão judicial estrangeira, que ela seja definitiva, bastando, atualmente, que a decisão homologanda tenha exequibilidade, ou seja, possa ter seu cumprimento exigido no país de origem.

Neste sentido:

HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA. CITAÇÃO VÁLIDA NO PROCESSO QUE CULMINOU COM A SENTENÇA HOMOLOGANDA. ATO QUE DEVE SER REALIZADO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO ALIENÍGENA. TRÂNSITO EM JULGADO NA ORIGEM. REQUISITO INEXISTENTE NO CPC/15. NECESSIDADE DE QUE A DECISÃO APENAS SEJA EFICAZ EM SEU PAÍS.

1. Hipótese em que se pretende a homologação pelo STJ de comando jurisdicional proferido por Luxemburgo, o qual decide a causa em primeiro grau de jurisdição, estabelecendo a guarda dos filhos, o exercício da autoridade parental e a responsabilidade alimentar dos genitores em relação aos filhos.

2. "Na linha da jurisprudência desta Corte, os atos citatórios realizados no exterior devem obedecer às leis dos países onde forem realizados, não sendo possível invocar-se aplicação da legislação brasileira para revisar o referido ato" (AgInt na SEC 13.741/EX, Rel. Ministro Felix Fischer, Corte Especial, julgado em 06/06/2018, DJe 14/06/2018).

**3. O art. 963, III, do CPC/15, ao não mais exigir que a decisão judicial que se pretende homologar tenha transitado em julgado, mas apenas que seja eficaz no país em que foi proferida, torna possível a homologação de título judicial passível de ter seu cumprimento exigido no país de origem, não havendo necessidade de que tenha transitado em julgado.**

4. Incumbe ao réu provar eventual coisa julgada brasileira que seja ofendida pela sentença estrangeira homologanda, nos termos do inciso II do art. 373 do CPC/2015, pois se trataria de fato impeditivo do direito do autor à homologação pelo Superior Tribunal de Justiça da sentença estrangeira.

5. Sentença estrangeira homologada.

(HDE 818/EX, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, CORTE ESPECIAL, julgado em 04/09/2019, DJe 10/09/2019)

Além disso, não se constata qualquer malferimento à soberania nacional ou à ordem pública. Note-se que, para fins de deferimento do pedido de homologação de sentença estrangeira, cumpre examinar apenas se estão ou não preenchidos os requisitos previstos nos arts. 216-A a 216-N do Regimento Interno deste Tribunal, sem adentrar no mérito do provimento a ser homologado.

Destaque-se, ainda, que o capítulo da sentença que estabelece o modo de exercício da guarda e das visitas de filho melhor é desprovido de definitividade, podendo ser revisto em caso de modificação do estado de fato. Nesse sentido:

HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA CONTESTADA. PEDIDO DE HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA QUE HOMOLOGA ACORDO DE DIVÓRCIO E DE GUARDA E ALIMENTOS EM FAVOR DE FILHA MENOR. ARTIGOS 15 E 17 DA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO. ARTS. 963 A 965 DO CPC.

ARTS. 216-C, 216-D E 216-F DO RISTJ. REQUISITOS. CUMPRIMENTO.

1. Nos termos dos artigos 15 e 17 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, 963 a 965 do Código de Processo Civil e artigos 216-C, 216-D e 216-F do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, que, atualmente, disciplinam o procedimento de homologação de sentença estrangeira, constituem requisitos indispensáveis ao deferimento da homologação, os seguintes: (i) instrução da petição inicial com o original ou cópia autenticada da decisão homologanda e de outros documentos indispensáveis; (ii) haver sido a sentença proferida por autoridade competente; (iii) terem as partes sido regularmente citadas ou haver-se legalmente verificado a revelia;

(iv) ter a sentença transitado em julgado; (v) não ofender "a soberania, a dignidade da pessoa humana e/ou ordem pública".

2. A cientificação formal do requerido acerca do teor da sentença homologanda não é requisito necessária à homologação, bastando que tenha sido regularmente citado. No caso em exame, tratando-se no estrangeiro de pedido de divórcio consensual para o qual a aqui requerida outorgou procuração, não há que se falar em citação no processo estrangeiro, no qual ela figurou como requerente.

3. Preenchidos os requisitos legais, impõe-se a homologação da sentença estrangeira, não cabendo ao Superior Tribunal de Justiça o exame de matéria pertinente ao mérito, salvo para, dentro de estreitos limites,

# *Superior Tribunal de Justiça*

verificar eventual ofensa à ordem pública e à soberania nacional, o que não é o caso. 4. No que diz respeito aos bens situados no Brasil, não importa não tenha havido deliberação na decisão homologanda, pois, nos termos do art. 23, III, do CPC/2015, a partilha dos bens situados no Brasil apenas poderá ser feita pela autoridade judiciária brasileira, com a exclusão de qualquer outra.

**5. No que diz respeito ao exercício da guarda, visitas e alimentos devidos à filha menor, o provimento estrangeiro é despedido de definitividade.**

6. Sentença estrangeira homologada.

(HDE 907/EX, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, CORTE ESPECIAL, julgado em 16/05/2018, DJe 01/06/2018)

Assim, foram observados os pressupostos indispensáveis ao deferimento do pleito, mormente em razão de o conteúdo do título não ofender a soberania nacional, a ordem pública nem os bons costumes, consoante a dicção dos artigos 15 e 17 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e artigos 216-C, 216-D e 216-F do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, nos termos do art. 216-K, parágrafo único, do RISTJ, **defiro o pedido de homologação da sentença estrangeira.**

Condeno a requerida ao pagamento das custas processuais e de honorários advocatícios sucumbenciais, que fixo em R\$ 1.000,00 (mil reais), nos termos do art. 85, parágrafos 2º e 8º do CPC/2015, tendo em vista que o pedido de Homologação de Sentença Estrangeira, contestado e triplicado, tramitou por menos de um ano, envolveu questões de simples solução e, ainda, levando em consideração o grau de zelo profissional, a natureza e a importância da causa, o trabalho exigido e o tempo demandado no caso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES  
Relator